



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 2º JEC DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo n. 08044782620208150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDNA IZAURINA BORGES DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Turma Recursal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 22 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

PROCESSO ORIGINÁRIO DO 2º JEC DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE / PB

PROCESSO N.º 08044782620208150001

RECORRENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECORRIDA: EDNA IZAURINA BORGES DE ARAUJO

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA

DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” PARA RECEBIMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO

QUITACAO ADMINISTRATIVA

Conforme se verifica pela r. sentença, o Ilustre Magistrado entendeu por condenar a RECORRENTE a pagar a quantia total de R\$ 6.750,00 a autora.

No entanto, o que se extrai dos autos é que a Srs. MARCOS DE LUCENA ALVES e MARIA DINALVA DE LUCENA ALVES, genitores da vítima, conforme declaração acostada, estão vivos o que obsta o pagamento integral ao autor da presente ação.

Verifica-se, que estes NÃO FIGURAM NA LIDE COMO AUTORES, mas deveriam, pois se mostra inquestionável é patente que são beneficiários.

Assim, na qualidade genitores da vítima, conforme faz prova a certidão de óbito da vítima vejamos:

- TRECHO DA CERTIDO DE OBITO:

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA		
MARCOS DE LUCENA ALVES e MARIA DINALVA DE LUCENA ALVES. Resida na(c) RUA SALOMÃO PEREIRA DE ALMEIDA, 78, JARDIM PAULISTANO, no município de Campina Grande-PB		
DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS
		ANO

A Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge / companheiro(a), e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar que os genitores, se enquadram na qualidade de beneficiários da vítima, contudo, como não é parte na presente demanda, deverá ser resguardada a sua parte de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Tal situação se impõe, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar o pagamento do mesmo valor já pago nesta demanda, pois não observada que ainda existe outra beneficiária.

Desta forma, ante a comprovada existência de genitores do falecido, como é deles o direito sobre metade do valor indenizatório, uma vez que o *de cujus* não possuía filhos, incabível a condenação da Seguradora ao pagamento integral ao autor, deve ser observado que somente metade da indenização deve ser concedida a este.

Assim, requer a reforma da sentença para que seja excluída da condenação da recorrente, a parte cabível aos genitores, e em consequência julgando improcedente o pedido por quitação administrativo.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 22 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EDNA IZAURINA BORGES DE ARAUJO**, em curso perante a **2ª JEC** da comarca de **CAMPINA GRANDE**, nos autos do Processo nº 08044782620208150001.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819